

N.º: Gp2149-IX  
Proc.º: 39.01.02.30  
Data: 16.02.2012

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia Legislativa  
da Região Autónoma dos Açores  
9901-858 Horta

## REQUERIMENTO

### Abastecimento de água à Freguesia de Água Retorta

Considerando que o bem estar e a qualidade de vida das populações passa pela satisfação das suas necessidades básicas;

Considerando que existe um grave problema no abastecimento de água à Freguesia de Água Retorta, Concelho da Povoação, ilha de São Miguel;

Considerando que, durante os períodos de maior pluviosidade, a água chega com pouca qualidade à população da Freguesia, vindo misturada com terra;

Considerando que, em 2009, a Câmara Municipal da Povoação avançou com uma solução que implicaria um investimento a rondar os 660 mil euros;

Considerando que chegou a ser lançado o concurso público para a “Empreitada de Captação de Água para Abastecimento à Freguesia de Água Retorta”, segundo publicação no Diário da República, n.º 87, Série II, de 2009-05-06;

Considerando que, com a mudança do executivo camarário, esta, assim como outras obras, foram suspensas;

Considerando que haveria todo o interesse em desenvolver este projecto, na medida em que seria co-financiado pela União Europeia, através do Proconvergência;

Considerando que, à data, a situação não está resolvida com graves e lamentáveis consequências para as populações;

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis requero que o Governo Regional dos Açores me envie os seguintes esclarecimentos:

1 – Tem o Governo Regional conhecimento da não evolução deste processo?

2 – Que diligências tem tomado o Governo Regional para que este constrangimento seja ultrapassado, uma vez que também estão em causa questões ambientais e de saúde pública?

3 – Concorda o Governo Regional que há toda a necessidade de resolver esta situação?

4 – Pensa o Governo Regional cooperar com a Câmara Municipal da Povoação para o financiamento desta empreitada?

5 – O Governo Regional tem em sua posse outros dados que permitam resolver esta situação através de outra solução com intervenção directa por parte do executivo regional?

O Deputado Regional



Pedro Medina